

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.296.442 - SC  
(2018/0118804-7)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**  
**ADVOGADOS : EVERALDO LUÍS RESTANHO - SC009195**  
**MARCOS ANDREY DE SOUSA - SC009180**  
**AGRAVADO : MARCELO PEREIRA**  
**ADVOGADO : BRUNA PEREIRA - SC034221**

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo interno interposto por OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, contra decisão por mim proferida, de fls. 554-557, e-STJ, que não conheceu do agravo em recurso especial, em razão da ausência de impugnação específica de um dos fundamentos da decisão agravada.

Nas razões do agravo interno, às fls. 561-571, e-STJ, a agravante sustenta que *"Em relação a alegação de que o recurso esbarraria no óbice do enunciado de Súmula nº 83 desse E. Superior Tribunal de Justiça, a ora agravante demonstrou que, na realidade, é a sua fundamentação que possui respaldo no entendimento formalizado por esse Egrégio Superior Tribunal de Justiça e não a do acórdão vergastado"* (e-STJ, fl. 566).

É o relatório.

Passo a decidir.

Em nova análise e considerando os argumentos declinados nas razões do presente agravo interno, com fulcro no art. 259, § 6º, do RISTJ, reconsidero a decisão agravada.

Isso porque, de fato, assiste razão à parte agravante no que tange à impugnação dos fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial interposto.

**Deste modo, a reconsideração do *decisum* é medida que se impõe, para que prossiga à análise do agravo em recurso especial.**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto em face de decisão que

# *Superior Tribunal de Justiça*

inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina assim ementado:

*AGRAVO INTERNO EM AÇÃO RESCISÓRIA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. HIPÓTESES DO ARTIGO 966 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL NÃO VERIFICADAS. INOBSERVÂNCIA DO PREVISTO NO § 1º DO ARTIGO 1.021 DO NOVO ORDENAMENTO PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. MERA REITERAÇÃO DOS ARGUMENTOS JÁ APRECIADOS. NÍTIDO DESCONTENTAMENTO COM O JULGAMENTO PROFERIDO PELO ÓRGÃO FRACIONÁRIO. DIVERGÊNCIA INTERPRETATIVA QUE NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO DE VIOLAÇÃO À LEI. INDEFERIMENTO DA INICIAL MANTIDO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (e-STJ, fl. 412)*

Opostos embargos de declaração, às fls. 423-430, e-STJ, os quais foram rejeitados em decisão de fls. 433-438, e-STJ.

Nas razões de recurso especial (e-STJ, fls. 442-467), a recorrente alega violação aos artigos 1022, inciso II, e 966, inciso V, do Código de Processo Civil de 2015, bem como aos artigos 389, 395 e 404, do Código Civil de 2002.

Sustenta, essencialmente, que (i) "*O v. Acórdão não se manifestou sobre a jurisprudência do e. STJ, a qual sempre foi uníssona acerca de que o gasto com advogado da parte vencedora não induz, por si só, à existência de ilícito, capaz de gerar dever de indenizar por danos morais ou materiais*" aplicando regra geral, em detrimento de regras especiais, incidentes na hipótese (e-STJ, fls. 487-488); (ii) "*as despesas com a contratação de advogado pela parte para exercer sua pretensão judicial não têm o condão de configurar, por si só, dano material passível de ressarcimento*" (e-STJ, fl. 452); (iii) "*a recorrente não praticou, ipso facto, qualquer conduta culposa que autorizasse cogitar-se qualquer dever de indenizar relacionado à contratação de advogado pelo recorrido*" (e-STJ, fl. 453); e, por fim, sustenta a ocorrência de (iv) dissídio jurisprudencial.

Passo a decidir.

As razões recursais trazem questões relevantes que exigem uma análise

# *Superior Tribunal de Justiça*

mais detida em sede de recurso especial.

**Ante o exposto, para um exame mais aprofundado da matéria suscitada, conheço do agravo para determinar a sua autuação em recurso especial, nos termos do art. 34, XVI, do RISTJ.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator

